

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 089/2021-GAG

Brasília, 29 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o presente Projeto de Decreto Legislativo que objetiva homologar o Convênio ICMS 15, de 26 de fevereiro de 2021, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS nas importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2)."

A justificação para a proposição encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.

Considerando que a matéria necessita de apreciação com a máxima brevidade, solicito, com fundamento no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a Vossos Pares protestos do mais elevado respeito e consideração.

Atenciosamente,

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor **Deputado RAFAEL PRUDENTE**Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

<u>Brasília - DF</u>



Documento assinado eletronicamente por **IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR - Matr.1689140-6**, **Governador(a) do Distrito Federal**, em 29/03/2021, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **58849738** código CRC= **9B81141F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade" Praça do Buriti, Palácio do Buriti, Térreo, Sala T32 - Bairro Zona Ciívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF 6139611698

00040-00009478/2021-99 Doc. SEI/GDF 58849738



MINUTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

, DE 2021

(Autoria: Poder Executivo)

Homologa o Convênio ICMS 15, de 26 de fevereiro de 2021, que autoriza os Estados е 0 Distrito **Federal** concederem isenção do ICMS nas importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação para o enfrentamento à pandemia pelo agente causada novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica homologado o Convênio ICMS 15, de 26 de fevereiro de 2021, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS nas importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 71/2021 - SEEC/GAB

Brasília-DF, 24 de março de 2021

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

- 1. Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a minuta de Decreto Legislativo (58628234) que objetiva homologar o <u>Convênio ICMS 15, de 26 de fevereiro de 2021</u>, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS nas importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).
- 2. Nesse contexto, registro que o <u>Convênio</u> em apreço de acordo com sua cláusula terceira, entrou em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional, em 18/03/2021 (Ato Declaratório n.º 04/2021 Ratifica o CV 15/2021 58234446).
- 3. Cumpre ressaltar que a homologação pretendida, por se tratar de convênio que trata de benefício fiscal no âmbito do ICMS (isenção), é para o cumprimento do disposto na <u>Lei Orgânica do Distrito Federal</u> que exige a homologação pelo Poder Legislativo conforme informa seu artigo 131.
- 4. Impende registrar que, com relação às exigências do art. 1º da <u>Lei nº 5.422, de 24 de novembro de 2014</u>, o art. 1º-A trazido pela <u>Lei nº 6.578, de 20 de maio de 2020</u>, dispensa a elaboração de tais estudos quando a renúncia de receita ou aumento de despesas estão relacionadas ao combate do coronavírus SARS-CoV-2, causador da pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde.
- 5. Ressalto, ainda, que o artigo 3º da <u>Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020</u> afastou a aplicação de dispositivos da <u>Lei de Responsabilidade Fiscal</u> para situações relacionadas à pandemia, corroborado pelo <u>Decreto Legislativo nº 2.301, de 2020</u>, que prorrogou até 30 de junho de 2021, os efeitos do <u>Decreto Legislativo nº 2.284, de 2020</u>, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.
- 6. Portanto, entende-se que estão afastadas as exigências da <u>Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000</u>, <u>Lei de Responsabilidade Fiscal</u>, e as exigências do art. 1º da <u>Lei nº 5.422, de 24 de novembro de 2014</u> para a internalização do <u>Convênio ICMS 15/2021</u>, por estar relacionado com medidas de combate à pandemia.
- 7. Em síntese, são essas as razões que motivaram a apresentação da presente proposta à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA** - **Matr.0032343-8, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 26/03/2021, às 18:02, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **58628323** código CRC= **52A37949**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF 3313-8106

00040-00009478/2021-99 Doc. SEI/GDF 58628323